

GORZ, André

Un Penseur Pour le XXIe Siècle (sous la direction de Christophe Fourel)

(Paris: Éditions La Découverte, 2009)

Valeria A. Gentil-Nugent¹

1. Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e Estudante Visitante da Johns Hopkins University (USA).
E-mail: v.gentil@ig.com.br

O presente volume pode ser chamado de *Tributo a André Gorz* (1923-2007), um dos maiores pensadores da crítica social do século XX, cujas ideias são, obviamente, atuais agora que o capitalismo globalizado está enfrentando uma das crises mais importantes de sua história. Composto de oito ensaios escritos pelos cientistas franceses, que o conheciam pessoalmente, e três textos inéditos do próprio pensador, o livro apresenta a biografia de André Gorz e serve de introdução à sua obra filosófica, abrangendo temas fundamentais como a ecologia política, a evolução do sistema capitalista do fordismo ao capitalismo cognitivo, a economia do conhecimento, etc.

1. A Ecologia Política

Não foi André Gorz quem inventou a ecologia, mas foram os trabalhos dele (em particular, um ciclo de artigos intitulado *Ecologia e política*, 1975) que, de certa forma, a politizaram.

Antes de ser uma ideologia, a ecologia é uma urgência a que é preciso responder. As exigências ecológicas se impõem materialmente, seja pela crise de petróleo ou devido ao aquecimento global. Fazer dela uma ferramenta política é uma questão não só do possível, mas também do desejável, isto é, das finalidades do desenvolvimento mundial. Nesse contexto, a inovação de Gorz consiste em analisar os conceitos da ecologia sob uma ótica política, procurando unificar as dimensões ecológicas, econômicas e existenciais. Situando a fonte do produtivismo no sistema capitalista com sua corrida ao lucro e ao consumo, Gorz coloca a ecologia no campo anticapitalista, no da continuação do marxismo, das lutas populares e da tradição revolucionária. O pensador não enxerga

(...) como as escolhas individuais mudarão rápida e radicalmente nosso modelo de consumo e de produção. Tanto

mais que este modelo foi concebido e imposto exatamente para estender o domínio do capital às necessidades, aos desejos, aos pensamentos, aos gostos de cada um de nós e para nos fazer comprar, consumir, cobiçar o que o capitalismo estivesse interessado em produzir².

2. André Gorz. Où va l'écologie? Interview donnée au Nouvel Observateur en décembre 2006

Gorz dá à ecologia política uma verdadeira filosofia: uma filosofia de liberação coletiva oposta às tendências reacionárias e moralistas da ecologia direitista, privilegiando a responsabilidade individual. Uma ecologia política não se limita, para ele, à preservação do meio ambiente propriamente dito, mas visa preservar o nosso meio humano frente à “megamáquina social”. A grande questão é: o que queremos mesmo fazer na e da nossa vida?

Gorz denuncia os impasses do capitalismo moderno que se resume no crescimento de produção e de consumo, e numa série de interdependências: pelo fato da divisão do trabalho, nós dependemos do mercado de bens materiais para suprimos nossas necessidades, assim como o mercado de trabalho nos torna dependentes do capitalismo e, por consequência, do seu produtivismo que gera, por sua vez, uma dependência recíproca entre produtores e consumidores. Desse modo, o capitalismo se impõe pela sua produtividade e sustenta a chamada “sociedade de consumo”. Outrossim, Gorz critica o caráter predatório do capitalismo industrial que destrói o meio ambiente em prol do crescimento (“o domínio total do homem sobre a natureza inevitavelmente o submete, a ele mesmo, ao domínio das técnicas dominadoras”, 2009, p. 69) e revela-se um dos primeiros adeptos do decrescimento econômico e de uma economia imaterial, valorizando o trabalho autônomo e escolhido, ao contrário do trabalho assalariado, que ele denomina “economia do conhecimento”. O pensador contrapõe ao raciocínio estatal, bem como à ilimitabilidade de uma sociedade de consumo jamais satisfeita, o retorno à noção de “suficiente”. No seu livro *Misérias do presente, riquezas do possível* (1997), Gorz abre novas perspectivas à ecologia política, preconizando as alternativas locais à globalização mercantil: renda garantida que seja suficiente para favorecer o trabalho autônomo, “liberando a atividade da ditadura do emprego” – renda de existência; “ateliês cooperativos” (ou “empresas comunitárias de autoprodução”); “moedas locais” que tenham a vantagem de isentarem o processo da troca de mercadorias do poderio do dinheiro e da especulação próprios do capitalismo consumista. Segundo Gorz, “melhor é, talvez, menos: criar o mínimo de necessidades e satisfazê-las com o menor gasto possível de matérias-primas, de energia e de trabalho, provocando o menor prejuízo possível” (1975, p. 36).

2. O Capitalismo Cognitivo

“O capitalismo cognitivo é o modo de que o capitalismo se perpetua, tendo as categorias dele perdido sua pertinência (...). Não é um capitalismo em crise, mas sim a crise do capitalismo que abala a sociedade nas suas profundezas” (2003, p. 81-83). Dessa maneira, André Gorz determina o estado atual do sistema capitalista, que se apresenta como uma mera força de destruição do meio ambiente e, em última análise, da vida mesma. O capitalismo cognitivo não suprime a lógica produtivista do capitalismo industrial, mas, ao contrário, fortalece-a mediante uma “aliança” do capital e da ciência, a qual põe novas tecnologias a serviço da padronização e apropriação/transformação mercantil do vivo, que acentua os riscos da desestabilização ecológica e econômica do planeta.

O capitalismo é um sistema econômico guiado pela lógica do rendimento máximo, que Gorz chama de “racionalidade econômica do capital”. Ela consiste em fabricar mercadorias a fim de maximizar o lucro, produzindo cada vez mais mercadorias e gastando cada vez menos horas de trabalho e capital para diminuir tanto o custo salarial, quanto o de capital, por unidade de produção. Essa lógica do capital ignora as necessidades coletivas, interessando-se apenas pelas necessidades solvíveis e incorporando “mais e mais supérfluo no necessário de maneira a cobrir todas as necessidades com o consumo máximo de produtos e serviços” (*idem*). Ao mesmo tempo, não se deparando com a oposição da sociedade, ela tende a emancipar-se de toda restrição social, cultural e ambiental, tornando-se uma força de alienação e destruição da natureza e do potencial de emancipação do homem. Por outro lado, a lógica do rendimento máximo pressupõe a possibilidade do cálculo econômico da produtividade do trabalho em que se baseia a lei do valor: ela faz do tempo de trabalho imediato, dedicado à produção e medido em unidades de trabalho abstrato simples, não qualificado, o essencial critério da rentabilidade econômica. É nessa lógica, transformando o cronômetro no meio de quantificar o valor econômico proveniente do trabalho, que se encontra a origem do trabalho alienado, abstrato e impessoal que Gorz denomina “trabalho-emprego”.

No entanto, o desenvolvimento de altas tecnologias de informação e comunicação (“Numa usina inteiramente automatizada, a quantidade de trabalho vivo tende a zero, ao mesmo tempo que o valor econômico (no sentido marxista) do produto e o poder aquisitivo distribuído sob forma de salários” – diz Gorz. “Em outras palavras, a automatização vem abolindo os trabalhadores, ao mesmo tempo que os compradores em potência”, 1983, p. 70) e a gradativa substituição do capital fixo como forma principal da propriedade e do progresso técnico pelos ativos imateriais (marcas, patentes, direitos autorais, etc.) e, mais ainda, pelo “capital humano” que se dedica ao trabalho cognitivo, fazem com que a centralidade do trabalho material, medido em unidades de trabalho abstrato simples,

ceda lugar à “do trabalho imaterial a que os padrões de medida clássicos não são mais aplicáveis” (2003, p. 11) No âmbito do capitalismo cognitivo, o novo e predominante capital fixo é a inteligência coletiva, cujo valor de bolsa escapa a toda medida objetiva e tende a ser puramente fictício. Daí o crescimento desenfreado do mercado dos futuros ameaçando o sistema financeiro mundial de ruína e a economia real, de uma depressão catastrófica.

3. Emprego e Trabalho

Se bem que a obra de André Gorz não seja inteiramente focada nos temas de emprego e trabalho, estes ocupam nela um lugar muito importante. Ocupam de modo paradoxal: Gorz sustenta que o “trabalho-emprego” – aquele que permite ganhar a vida, aquele que a gente tem – é fadado a reduzir-se drasticamente, que ele não dá mais sentido à vida social. “A sociedade de trabalho é caduca” – escreve Gorz. “O trabalho não pode mais servir de fundamento à integração social!” (1988, p. 93). Ao mesmo tempo, o pensador acha urgente reconhecermos que o verdadeiro trabalho não está mais no “trabalho” que estamos fazendo: trata-se de deixarmos de basear a vida social no trabalho (como emprego), para que seja favorecido o surgimento de uma sociedade em que o trabalho (como obra) se torne libertador e dê sentido à atividade humana. É preciso, diz Gorz, sairmos do “trabalho” e da “sociedade de trabalho” para recuperarmos o gosto e a possibilidade do trabalho “verdadeiro”.

Examinando dois aspectos primordiais – a natureza do trabalho produtivo e a evolução do emprego na época do pós-fordismo –, Gorz chega a considerar inevitáveis a diminuição do volume de trabalho socialmente necessário e a consequente redução do emprego. No seu livro, “Misérias do presente, riquezas do possível”, ele conclui que “a indústria pós-fordista é um bote de transformação profunda que abole o trabalho, abole o salariado e tende a reduzir a 2% a parte da população ativa assegurando a totalidade da produção material” (1997, p. 80); De certa forma, a redução do emprego industrial, em vários países do mundo, bem como o crescimento do setor terciário e dos empregos a domicílio, empregos temporários, etc., comprovam essa conclusão de Gorz, por mais exagerada que ela pareça. Imaginando o futuro da humanidade, Gorz generaliza: “A “verdadeira vida” começa fora do trabalho, o trabalho se torna um meio de alargar a esfera do não-trabalho, ele é uma ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de perseguir suas atividades principais” (1980, p. 114). Longe de ser uma atividade essencial, a que deveria alavancar a transformação do “reino da necessidade” no “reino da liberdade” (expressão de Marx), o trabalho se torna um simples meio, cuja finalidade é outra, assume o papel do intendente de uma sociedade cujos membros têm outros objetivos, bem mais nobres e

ricos que o enriquecimento material visando a atividade produtiva.

No livro *Os caminhos do paraíso* (1983), Gorz declara: “Os trabalhadores só descobrirão os limites da racionalidade econômica se a vida deles não estiver inteiramente ocupada, e o espírito, preocupado com o trabalho; se, em outros termos, um espaço suficientemente amplo de tempo livre se abrir a eles para que possam descobrir uma esfera dos valores não quantificáveis, dos do “tempo de viver”, da soberania existencial. Ao contrário, quanto mais o trabalho for constrangedor pela sua intensidade e duração, tanto menos o trabalhador será capaz de conceber a vida como um fim em si mesmo, fonte de todos os valores; (...) e mais a conceberá como o meio da outra coisa que valha por si mesmo, objetivamente: o dinheiro” (1983, p. 148). O trabalho é importante, diz Gorz, porque nos permite produzir o que nos é necessário. A tecnologia também é importante porque nos permite realizar essa produção com o menor gasto possível de trabalho. Entretanto, nem a tecnologia nem o trabalho são tudo nesta vida: tendo seu justo – e modesto – lugar, eles nos servirão de degrau para chegarmos a uma sociedade, que deixará de ser “unidimensional”, à da autonomia humana e do verdadeiro enriquecimento.

4. Saída do Capitalismo: testamento filosófico de André Gorz

Na coletânea de artigos *Ecológica*, lançada postumamente (2008), André Gorz põe em evidência a crise do capitalismo pós-industrial. “O conhecimento, a informação são, em essência, os bens comuns que pertencem a todo o mundo e não podem, portanto, tornar-se propriedade privada e ser comercializados sem que sua utilidade seja mutilada. Então, se a força produtiva decisiva (a da inteligência, do conhecimento) não se presta mais a ser uma mercadoria, as categorias tradicionais da economia política entram em crise: o trabalho, o valor, o capital” (2008, p. 19). O pensador descreve, de forma metafórica, cinco características destrutivas da globalização (uma máquina de iniquidade que mina os tecidos sociais e atíça as tensões protecionistas; um caldeirão que queima os recursos raros, fomenta as políticas monopolistas e acelera o aquecimento do planeta; uma máquina a inundar o mundo de liquidez e incentivar a irresponsabilidade bancária; um cassino em que se exprimem todos os excessos do capitalismo financeiro; uma centrífuga capaz de fazer a Europa ir pelos ares) e adverte: “A economia real se torna um apêndice das bolhas especulativas mantidas pela indústria financeira. Até o momento, inevitável, de as bolhas estourarem, levando os bancos à falência em cadeia, ameaçando o sistema mundial de crédito de desabamento e a economia real, de uma depressão severa e prolongada” (*ibidem*, p. 25).

Na opinião de Gorz, “a questão da saída do capitalismo nunca foi mais atual”

(*idem*) que em nossos tempos. Essa saída tem, para ele, duas opções: bárbara e civilizada. A opção “bárbara” tende a criar uma economia doméstica, nos moldes da qual uma quantidade cada vez maior de servidores se vê condenada a viver de “biscates” precários e mal pagos. A opção “civilizada” é, pelo contrário, ligada à passagem do “trabalho forçado” ao “trabalho escolhido”, trabalho tido como obra e não como emprego. “A ideia da renda de existência marca uma ruptura” – diz Gorz. “Ela obriga a ver as coisas de outra maneira e, sobretudo, a ver as riquezas que não podem tomar a forma-valor, quer dizer, a do dinheiro e da mercadoria” (*ibidem*, p. 153). O objetivo não consiste, pois, em sustentar a sociedade do dinheiro e da mercadoria, nem o modelo de consumo predominante, mas sim em isentar as pessoas em situação de desemprego ou subemprego da obrigação de se venderem, em “libertar a atividade da ditadura do emprego” (*ibidem*, p. 150).

Gorz salienta o aspecto humanitário das atividades econômicas: “A principal força produtiva não é nem o capital-máquinas nem o capital-dinheiro, mas a paixão viva com a qual eles imaginam, inventam e aumentam suas próprias capacidades cognitivas, ao mesmo tempo que sua produção de conhecimento e riqueza. (...) a base da produção de riqueza é a produção de si” (*ibidem*, p. 21). Assim sendo, o projeto de Gorz tem não apenas socioeconômicas como também socioecológicas dimensões. O capitalismo pós-industrial deve, segundo ele, ser transformado na “economia do conhecimento” baseada na alocação universal de uma renda social suficiente e, num sentido mais amplo, na socialização das riquezas socialmente produzidas, e a sociedade de trabalho e de consumo, numa sociedade cujos valores básicos ultrapassem o enriquecimento material.

Referências

- GORZ, A. *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme*. Paris, 1980
- _____. *Les chemins du paradis. L'agonie du capital*. Paris, 1983
- _____. *Métamorphoses du travail*. Paris, 1988
- _____. *Misères du présent, richesse du possible*. Paris, 1997
- _____. *L'immatériel. Variation sur le thème de la production de soi*. Paris, 2003
- _____. *un penseur pour le XXIe siècle*. Paris, 2009
- André Gorz/Michel Bosquet. *Écologie et politique*. Paris, 1975